



# Anais da Assembléia

N.º 73

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 15 DE AGOSTO DE 1984

ANO X

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 67.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 1984

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretaria pelos Senhores Deputados Antônio Belinati e Francisco Escorsin.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antonio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Squarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N.º 149/84 *Prop. 152/84*  
Curitiba, 30 de julho de 1984.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais,

a inclusa cópia autêntica do Termo de Revigoração e Re-Ratificação datado de 14 de novembro de 1983, do Convênio n.º 24/83, celebrado em 14 de março do mesmo ano, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e a Superintendência das Campanhas de Saúde Pública - SUCAM, com a interveniência da SUDESUL, objetivando a continuação do Projeto de Radiação e Vigilância Anti Aedes Aegypti, no Município de Foz do Iguaçu e em outros da Região.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 150/84 *Prop. 153/84*

Curitiba, 06 de agosto de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio n.º 51/84, celebrado em 29 de junho de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Paranavaí, objetivando a aplicação de recursos financeiros vinculados ao "Programa de Mobilização Energética".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 151/84 *Prop. 154/84*

Curitiba, 06 de agosto de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio n.º 47/84, celebrado em 29 de junho de 1984, entre o Estado do Paraná, através

da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Guarapuava, objetivando a aplicação de recursos financeiros vinculados ao "Programa de Mobilização Energética".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 152/84 *Dep. 155/84*  
Curitiba, 06 de agosto de 1984.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Convênios celebrados em 29 de junho de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios adiante mencionados, objetivando a aplicação de recursos financeiros vinculados ao "Programa de Mobilização Energética":

Município	N.º do Convênio
Foz do Iguaçu	46/84
Maringá	49/84
Paranaguá	50/84.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

- À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob os n.ºs DTL/82/84, 84/84 e 85/84, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei, com os seguintes números:

86/84 Do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 89/84) encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva criar no Departamento de Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública, 178 cargos, em Comissão, símbolo 9-C - de assistente de Segurança Pública, o qual convertido em Lei tomou o n.º 7.880. - **Anote-se. Arquite-se.**

49/84: Do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 87/84) encaminhando anteprojeto de lei ob-

jetivando alterar dispositivos do Quadro de Pessoal da Secretaria do Egrégio Tribunal de Alçada, na forma que especifica e dá outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n.º 7.881. **Anote-se. Arquite-se.**

02/84: Do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 155/83) objetivando considerar em extinção as atuais vagas de Oficiais do Quadro de Capelães Policiais-Militares, previstas na Lei n.º 7047, de 21/11/78, alterada pela Lei n.º 7638 de 10/09/82, e dá outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n.º 7.882. **Anote-se. Arquite-se.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno da Casa, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei n.º 03/84, que altera dispositivos da Lei n.º 6174, de 16/11/70 (Estatuto dos Funcionários Públicos).

Sala das Sessões, em 15/08/84.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, por uma sessão, o Projeto de Lei n.º 174/84.

Sala das Sessões, em 15/08/84.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido nesta Capital, do Sr. Marcos da Câmara Bernarde.

Tal passamento vem de consternar a nossa sociedade, visto que o extinto, jovem administrador de empresa, era pessoa com grande relações nos meios empresariais e sociais de nossa Capital, deixando lacuna irreparável.

Casado com a Senhora Nilda Bettega Ribas Bernarde, deixa 3 filhos menores, Ana, Maria e Raphael.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15/08/84.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado voto de congratulações ao Prefeito Municipal de Londrina, Wilson Rodrigues Moreira e ao Diretor Superintendente do SERCOMTEL, Dr. Nivaldo Gotti, pelo novo plano de expansão da rede telefônica do Município de Londrina, com a ampliação de 15 mil novos terminais a serem entregues à comunidade em 1986.

Sala das Sessões, em 15/08/84.

(a) FIORI LUIZ

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de congratulações ao Tribunal Superior do Trabalho por ter conferido aos paranaenses, Governador José Richa e Juiz Leonardo Abage, a Ordem ao Mérito Judiciário e a Comenda de Honra ao Trabalho, respectivamente.

Requer, ainda, uma vez aprovado, seja dado ciência da decisão da Casa aos agraçados.

Sala das Sessões, em 15/08/84.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Ao longo dos últimos anos, o Paraná tem sido invariavelmente preterido pelos Tribunais Federais, impedido de prestar a este País a sua parcela de contribuição, e para tanto, está perfeitamente apto, tendo em vista os altos valores morais e técnicos de muitos paranaenses que dedicam a este Estado o seu trabalho e o seu empenho em prol do desenvolvimento.

Hoje, porém, esta situação mudou, e temos, em consequência, dois grandes paranaenses sendo agraciados pelo Tribunal Superior do Trabalho que assim faz justiça, ele próprio, a este grande Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a inserção na ata dos trabalhos da sessão plenária de hoje, votos de congratulações à Rádio Humaitá pela comemoração de seu quarto aniversário de fundação na municipalidade de Campo Mourão com conseqüente encaminhamento aos Ilustríssimos Senhores Diretores Ubiratã Ribeiro e Nelson Amaral.

Desde os primeiros instantes de surgimento, a Rádio Humaitá caracterizou-se pela realização de uma programação variada, destinada a todos os setores da sociedade, através do lazer, com divulgação ampla da nossa música popular brasileira (dando ên-

fase à música sertaneja); através do apoio das realizações que visem o bem comum (especialmente as de caráter filantrópico); através de um jornalismo imparcial, fiel a dinâmica dos fatos abrindo sempre espaços à todas as tendências de pensamento político-ideológico.

Nos dias de hoje, a vigorosa Rádio Humaitá tem um papel dos mais destacados nos meios de comunicação para Campo Mourão assim como toda a região, graças ao seu comportamento sério e independente.

Portanto ao comemorar o seu quarto ano de fundação, não poderia deixar de realizar nesta Casa de Leis o devido registro a essa conceituada emissora de rádio difusão, perfeitamente integrada ao progresso de sua gente.

Sala das Sessões, em 15/08/84.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se insira na ata dos trabalhos legislativos um voto de louvor pela passagem do 4.º aniversário da Rádio Humaitá de Campo Mourão, e que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à Diretoria da mesma.

Sala das Sessões, em 15/08/84.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Deputado Federal pelo Estado do Paraná, José Alencar Furtado, o mais veemente apelo no sentido de que aquele parlamentar apresente junto à Câmara dos Deputados projeto de Lei, conforme a sugestão que encaminhamos em anexo, proibindo o uso de etiquetas ou símbolos estrangeiros nos produtos de fabricação nacional.

A iniciativa que ora propomos, além de incentivar a atitude de valorização dos nossos produtos, viria significar importante economia para a balança de pagamentos de nosso País, que debatendo-se em grave crise financeira, ainda paga por motivos supérfluos, direitos pelo uso de "griffes" estrangeiras.

Sala das Sessões, em 15/08/84.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

#### JUSTIFICATIVA:

##### PROJETO DE LEI

"QUE DETERMINA O FIM DOS "ROYALTIES PARA AS ETIQUETAS ESTRANGEIRAS"

Art. 1.º - Fica proibido o uso de etiquetas estrangeiras nos vestuários ou ar-

tigos de fabricação nacional.

Art. 2.º - O uso das etiquetas deverá ser regulamentado pelo executivo federal, de acordo com uma lei especial.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala do Plenário, em

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

#### JUSTIFICATIVA:

Entendemos que chegou, ainda que tardiamente a oportunidade de valorizar o que é nosso, sem demérito dos artigos estrangeiros ou de sua técnica.

Estamos preocupados, isto sim, com a nossa geração de trabalhadores e estudantes alienados com o processo de estagnação sócio-econômico e com o "modelo milagroso" que está levando este país maravilhoso à falência.

Os "griffes" usados pela população de nosso país, em suas roupas e demais artigos de uso, somam tal montante de valores que é por demais sensível a evasão de divisas em nossa balança de pagamentos.

Nada recebemos em troca do uso desses "Griffes" ao contrário, somente vem aumentar constantemente, e de maneira assustadora o nosso endividamento externo, sem que nada fique em benefício da população e do Brasil.

O nosso objetivo é fazer com que se crie uma atitude de efetiva valorização do que é nosso, da qualidade dos nossos produtos, que o bombardeio ideológico das oligarquias do poder capitalista, tornaram pálidos suportes para as etiquetas estrangeiras.

Torna-se necessário um novo paradigma de conjugação de esforços no sentido de aumentar o campo de trabalho e de condições de vida do povo trabalhador brasileiro, tão abandonado e desassistido pelas forças políticas da nação.

À União cabe, em primeiro lugar, zelar para que não falte condições de trabalho para o nosso povo, principalmente, para a nossa geração que a cada ano é lançada ao mercado de trabalho, já saturado de desempregados.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social no sentido de que seja destinado material para uso burocrático, remédios e equipamentos para uso médico no Centro de Saúde II, localizado na municipalidade de Ubiratã.

A população carente de Ubiratã está

desprovida de um atendimento mais a altura e eficiente, conforme relato descrito pelo Doutor Carlos Alves, conceituado advogado daquela cidade, que em contato com funcionários do Centro de Saúde II o mesmo constatou deficiências naquele organismo.

Tendo em vista a situação que se encontra aquele Centro de Saúde, é preciso que medidas sejam efetivamente postas em prática, objetivando a eliminação dos graves problemas ora vivenciados.

Neste sentido, conforme correspondência em anexo, se atendidas as reivindicações, por certo que a população será melhor assistida, através de melhores recursos em menor tempo.

Sala das Sessões, em 15/08/84.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após aprovação do Plenário o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, objetivando desenvolver estudos que visem o asfaltamento da estrada ligando o Município de Porto Rico ao Município de Santa Cruz do Monte Castelo, com um percurso de 16 quilômetros.

Sala das Sessões, em 15/08/84.

(a) NILSO SGUAREZI

#### JUSTIFICATIVA:

Mister se faz a elaboração deste projeto, uma vez que são inquestionáveis os benefícios que advirão com a concretização desta obra, para os produtores rurais dos referidos municípios.

A produção agrícola de Porto Rico atualmente encontra-se muito prejudicada, dada a precariedade da estrada que faz a ligação com Santa Cruz do Monte Castelo.

O projeto foi elaborado e esteve em vias de execução, no final do Governo de Jaime Canet Júnior, tratando-se pois, de antiga e justa reivindicação da população de Porto Rico.

Esta estrada virá completar a malha asfáltica da região, pois beneficiará o escoamento da produção agrícola, o intercâmbio comercial com o Estado de Mato Grosso do Sul e com os grandes centros de comercialização paranaense.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor secretário de Estado da Segurança Pública, LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, solicitando a designação de um Pelotão Policial para Cidade Gaúcha, possibilitando assim maior segurança à comunidade local,

sendo este um dos compromissos assumidos pela Prefeitura Municipal junto à população, colocando Cidade Gaúcha em iguais condições dos demais municípios beneficiados pela Secretaria de Segurança, amenizando um dos grandes problemas da localidade.

Sala das Sessões, em 15/08/84.

(a) DIRCEU MANFRINATO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições e de acordo com o Regimento Interno desta Casa, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deni Lineu Schwartz, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, sugerindo o asfaltamento da via de acesso, numa extensão de um quilômetro, que liga a localidade de Cafezal, Município de Iporã, à Rodovia PR-272.

Sala das Sessões, em 15/08/84.

(a) NELSON VASCONCELLOS

#### JUSTIFICATIVA:

A Região de Cafezal destaca-se por sua grande produção de algodão e cereais, culturas que envolvem mão-de-obra braçal e caminhões de grande porte, aquela movimentando, às safras, ônibus e caminhões de bóias-frias, estes, caminhões e carretas de longo curso, o que acontece: a região é servida pela Rodovia PR-272; a produção é centralizada nos silos de Cafezal; às chuvas, o acesso excessivamente erosivo, ocasiona encalhe dos ônibus e caminhões, alterando o sistema de tráfego e horários e causando um mal estar geral.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo senhor JARBAS PASSARINHO, Ministro da Previdência Social, no sentido de que a Previdência Social construa em Paranavaí, prédio próprio para abrigar Assistência Médica, Ambulatório, Farmácia, Divisão Administrativa e outros existentes ou a serem criados de forma, a proporcionar atendimento centralizado com sensíveis benefícios e melhoria para a população.

Sala das Sessões, em 15/08/84.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

#### JUSTIFICATIVA:

A Previdência Social está abrigada em Paranavaí, em seis (06) imóveis, afora o FUNRURAL, que funciona em outro local.

Nos seis imóveis que a Previdência Social ocupa, paga mensalmente a elevada so-

ma de Cr\$ 2.202.000,00 (dois milhões, duzentos e dois mil cruzeiros).

Vista sob a ótica econômica, a construção para abrigar as repartições da Previdência Social, se apresenta em condições favoráveis no plano da viabilidade econômico-financeira.

Por outro lado, examinada sob a questão de atendimento dos segurados, além da melhor abrangência também é indispensável a imediata realização dessa importante obra.

No momento em que se fala em crise da previdência, é oportuno a edificação do prédio próprio para a Previdência Social em Paranavaí, que se constitui uma necessidade impostergável e num direito que a comunidade local e regional conquistou.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial, ao Excelentíssimo senhor Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Luiz Felipe Haj Mussi, objetivando a imediata construção de prédio próprio para abrigar a parte administrativa e o presídio da Cadeia Pública de Paranavaí, que se encontra em lamentável estado.

Sala das Sessões, em 15/08/84.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

#### JUSTIFICATIVA:

A Cadeia Pública de Paranavaí, quer em sua parte administrativa, quer em seu presídio, está em verdadeira situação calamitosa, dada a inconsistência da edificação e a fragilidade das divisões internas e do teto, mercê do tempo de uso e dos reparos provisórios realizados.

É preciso que as autoridades do Estado, fiquem atentas para a gravidade do problema e decidam, de pronto, pelo início da construção ora solicitada.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, sejam oficiados aos Excelentíssimos senhores José Richa, Governador do Estado do Paraná e Excelentíssimo Senhor Coronel Amauri Dietrich, Comandante do Corpo de Bombeiros, seja enviado estudos no sentido de instalar um Posto do Corpo de bombeiros, no Município de Marialva.

Sala das Sessões, em 15/08/84.

(a) FERRARI JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

Estou de posse do Ofício n.º 133/84 da

Senhora Vereadora Emília da Silva Tetto, Presidente da Câmara Municipal de Marialva.

Pelo mesmo traz ao nosso conhecimento que em reunião ordinária realizada no dia 19 de junho de 1984, foi solicitado pelo edil Geraldo Domingos Sacomam, para que estudos fossem realizados por quem de direito, no sentido de instalar uma guarnição do Corpo de bombeiros, ou mesmo uma extensão, no Município de Marialva.

O município em tela, desde há muito urge e é carente desses serviços prestados pelos valentes homens da corporação de bombeiros e, que momentaneamente surge sinistro, atos lamentáveis, é que vem à tona toda a justa reivindicação do povo marialvense, que clama e solicita das autoridades competentes, tomadas de medidas, que visem dar a segurança necessária à população.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação objetivando o envio de materiais permanentes, abaixo relacionados, para as Escolas Estaduais IV Centenário - Ensino de Primeiro Grau e Bandeirantes D'Oeste, respectivamente pertencente a municipalidade de Goio-erê.

De acordo com correspondência recebida, assinada pela Digníssima Silvia Pradine Moleiro, Diretora da Escola Estadual IV Centenário, esta afirma ser importante o atendimento das seguintes reivindicações:

- uma geladeira;
- um congelador;
- uma estante para biblioteca;
- mesas e cadeiras para alunos;
- mesa e cadeiras para professores;
- um toca-fitas;
- uma máquina de escrever;
- dois arquivos de aço;
- um mimeógrafo à tinta;
- um mimeógrafo à álcool;
- uma mesa para a Secretaria;
- uma estante para a Secretaria.

Espera-se portanto dessa FUNDEPAR e Secretaria de Estado da Educação uma avaliação profunda sobre o assunto ora exposto, contendo a relação de materiais permanentes para os referidos educandários.

Sala das Sessões, em 15/08/84.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa, objetivando redução da taxa de esgoto que tem se mostrado escorchantemente e sobremaneira pesada e difícil de ser suportada pela população.

Sala das Sessões, 15/08/84.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

#### JUSTIFICATIVA:

As propostas lançadas em campanhas políticas visam sempre a melhorar o nível de vida do povo, e agora chegou o momento de levantarmos a bandeira de atendimento à nossa gente.

O povo aguarda esperançoso por melhores dias, mais trabalho, maiores oportunidades e melhores condições de vida.

Esta reivindicação já foi atendida em outros Estados da Federação e, por esta razão solicitamos a diminuição da taxa de esgoto de 50% (cinquenta por cento) em relação ao consumo da água.

Confiamos nos sentimentos humanos e paranasistas do nosso Governador e estamos certos de suas urgentes mensagens no sentido do atendimento da real necessidade de todos os municípios paranaenses.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente do BANESTADO - Banco do Estado do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, no sentido de que, com base em estudos devidos, seja avaliada as reais possibilidades de determinar a criação e instalação de um posto avançado na localidade de Bradópolis, pertencente à municipalidade de Janiópolis.

A localidade de Bradópolis tem apresentado, apesar da profunda crise sócio-econômica verificada em todo o País, um certo crescimento, tendo em vista a elevação constante nos seus setores de produção: a pecuária e a agricultura.

Em face de tal realidade conjuntural, torna-se necessário a implantação de novas estruturas que sejam condizentes com o potencial da referida localidade.

Com uma atuação das mais expressivas no Poder Legislativo Municipal de Janiópolis, o nobre vereador e Presidente daquela Casa de Leis, Excelentíssimo Senhor Doutor Amauri Montenegro está desta feita reivindicando dessa conceituada instituição fi-

nanceira, através dessa Secretaria de Estado das Finanças, a criação e instalação de um posto avançado do BANESTADO. Pois no seu entendimento a mencionada reivindicação quando concretizada, permitirá a agilização dos serviços bancários atualmente oferecidos somente pela agência localizada na sede de Janiópolis. Ademais é muito grande o número de cidadãos que atualmente tem seus movimentos bancários na agência de Janiópolis, e que passariam a ter suas relações financeiras no posto avançado em Bredópolis.

Dada a importância da presente solicitação, espera-se da Secretaria de Estado das Finanças, juntamente com o BANESTADO, que avaliem as reais possibilidades de tornar verdadeira a criação e instalação de um posto avançado na referida localidade, pertencente a Janiópolis.

Sala das Sessões, em 15/08/84.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Basílio Zanusso, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Interior, solicitando informações sobre os termos do contrato de concessão entre a SANEPAR e o Município de Nova Esperança, para execução dos serviços da rede e demais obras do sistema de esgoto daquela cidade.

Sala das Sessões, em 15/08/84.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

#### JUSTIFICATIVA:

A SANEPAR, detentora de concessão do Município de Nova Esperança, para a exploração dos serviços de abastecimento de água e esgoto de sua cidade, não dispondo de recursos financeiros através do PLANASA, para a realização do projeto de esgoto daquela cidade, teria autorizado àquela administração municipal à executar a referida obra, através de um Plano Comunitário, com participação financeira obtida do PRAM.

Admitindo-se a possibilidade de que a SANEPAR venha a assumir a administração da referida obra, uma vez concluída, é imperativo que se informe esta Casa e à população de Nova Esperança, quais as providências que foram e estão sendo tomadas pela SANEPAR, quanto ao projeto técnico e também a qualidade dos materiais e mão-de-obra especializada daquela importante e dispendiosa obra, principalmente sabendo-se que a firma empreiteira da execução da obra e do referido projeto de Nova Esperança, é a mesma empresa que está executando idêntico sistema na cidade vizinha de Colorado, onde os detritos e resíduos

de toda a rede da cidade são lançados num pequeno córrego na proximidade da cidade, sem qualquer tratamento, produzindo, assim, forte odor em toda a cidade, particularmente nos dias mais quentes, não se tendo até o momento de qualquer pronunciamento da SUREHMA, mesmo em atenção à solicitação da Câmara Municipal do Município de Colorado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Basílio Zanusso, ao final assinado, usando de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após a manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Interior, Deputado Nilton Friedrich, solicitando determinar o encaminhamento de informação a esta Casa, com a urgência possível, do posicionamento da Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA, quanto aos projetos e obras dos sistemas de esgoto das cidades de Nova Esperança e Colorado.

Sala das Sessões, em 15/08/84.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

#### JUSTIFICATIVA:

Os Municípios de Nova Esperança e Colorado estão executando, em ritmo acelerado, as obras de seus respectivos projetos de esgoto, através de um Plano Comunitário, somado a recursos financeiros providos do Programa de Apoio aos Municípios - PRAM.

Na cidade de Nova Esperança esses serviços foram iniciados recentemente, estando ainda na fase de assentamento e extensão de suas redes; enquanto que na vizinha cidade de Colorado a maior parte das instalações dos prédios residenciais e comerciais está definitivamente ligada à rede de esgoto principal.

Ocorre, Sr. Presidente, que este Deputado, pessoalmente, verificou que os dejetos e resíduos do esgoto daquela cidade, são lançados num pequeno córrego nas proximidades de Colorado, sem qualquer sistema de tratamento, ocasionando, assim, a total poluição das águas do córrego, além de produzir insuportável odor que alcança toda a cidade, particularmente nos dias mais quentes.

Sabendo-se que a firma de engenharia empreiteira do projeto e das obras da cidade de Colorado é a mesma que projetou e está executando as citadas obras em Nova Esperança, considera este Deputado, que a Secretaria de Estado do Interior, através da SUREHMA, não só deve prestar as informações solicitadas, mas diligenciar as providências cabíveis.

Projetos de Lei:



PROJETO DE LEI N.º 188/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a reduzir o custo das tarifas de energia elétrica consumida por templos religiosos, entidades de assistência social ou filantrópicas, desde que não tenham finalidade lucrativa e sejam considerados de utilidade pública, nos mesmos moldes e percentuais estabelecidos nos programas de eletrificação rural.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15/08/84.

(a) IVAN GUBERT

JUSTIFICATIVA:

Os elevados custos das tarifas de energia elétrica, que inclusive sofrem reajustes periódicos, vêm trazendo sérios problemas para as entidades de assistência social ou filantrópicas, bem como para os templos religiosos em geral, todos eles sempre lutando com graves problemas de caráter financeiro.

Com o presente plano de lei, pretendemos contribuir para diminuir os altos custos de manutenção das referidas entidades, permitindo assim que haja uma maior sobra de recursos para o nobre atendimento das coletividades por elas assistidas.

PROJETO DE LEI N.º 189/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica instituído o dia 05 de novembro de cada ano, como sendo o dia do Escrivão de Polícia do Estado.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15/08/84.

(a) TADEU FRANÇA

JUSTIFICATIVA:

A classe de Escrivães de Polícia do Estado, vem prestando relevantes serviços à comunidade paranaense.

É com muito esforço que comprovam seus efetivos trabalhos em prol da comunidade paranaense, que os faz merecedores desta homenagem.

Nestas condições é que apresentamos o presente plano de lei que, temos a certeza, contará com apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a pala-

vra ao Sr. Deputado Paulo Furiatti, inscrito.

Havendo declinado e não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente, consulto à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é reservado.

Com a palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI - Sr. Presidente e Senhores Deputados.

Ontem o eminente Líder do PDS afirmou a Casa que ele deverá ingressar com uma ação popular na tentativa de recuperar para os cofres do Estado do Paraná o que ele entende ter sido ato lesivo do ex-Secretário das Finanças.

Mas, o que me traz à tribuna, Sr. Presidente, é para recolocar a verdade histórica porque o Líder do PDS afirmou de que a Ação Popular foi obra da Revolução de 1964. (Lê):

"Doutrina contrária aos princípios científicos estabelecidos", esta é a definição contida nos dicionários da língua portuguesa, para a palavra HERESIA.

"Falsidade, o mesmo que lorota, patra-nha, pêta, paçoca, potoca, rodela; juízo errado, persuasão falsa", esta é a definição para MENTIRA.

Aqui, neste Plenário, foi dito no dia de ontem, pelo Senhor Líder da minoria, que a "doutrina da ação popular", que, aliás, Vossa Excelência vai me dar razão" - dirigindo-se ao Deputado Roberto Requião - "ação popular é a melhor lei criada neste País, nos últimos cem anos do nosso arcabouço jurídico, e espero que Vossa Excelência faça justiça, nasceu a ação popular depois de 1964, com o objetivo de moralizar a vida nacional. É obra do inesquecível jurista Milton Campos".

Tais assertivas não correspondem à verdade histórica. Não consubstancia uma heresia, e sim, uma mentira. Mentira daquelas utilizadas para justificar o etéreo, para argumentar o impossível.

Na verdade, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a Ação Popular aparece nitidamente delineada no sistema político-jurídico do Brasil, inclusive com base constitucional.

A confusão provocada pelo Líder da minoria foi com o contido no Art. 153, § 31 da Emenda Constitucional n.º 1, de 1969, e já previsto no texto primitivo da Carta Constitucional de 1967, em seu Art. 150, parágrafo 31. Entretanto, tal preceito já constava da Constituição de 1934, e também da Constituição de 1946, em seu Art. 141, parágrafo 38. Portanto, a ação popular já possui quase meio século de tradição constitucional.

A Ação Popular no Direito Brasileiro é



admitida desde longa data, na doutrina das ações, ainda no regime das ordenações, mesmo sem lei expressa. Tinha uma finalidade restrita para a defesa das coisas públicas, como é a opinião de Corrêa Telles, repetida por João Mendes Júnior. Segundo este último, "não havendo lei pátria, revogando a Lei n.º 2, parágrafo 34, e outras que estabeleçam regras para estes interditos, permanece a Ação Popular, ainda que o autor não tenha interesse singular, direto e imediato, contra quem usurpasse os logradouros e baldios públicos".

Contudo, Senhor Presidente, foi a Constituição de 1824 que inseriu, pela primeira vez no Brasil, a Ação Popular, ao se referir em seu Art. 156, a repressão do abuso de poder e prevaricação dos Juizes de Direito e Oficiais de Justiça.

Entretanto, foi a Constituição de 1934, no seu Art. 113, que deu embasamento constitucional à Ação Popular pela ação de Carlos Maximiliano, Levi Carneiro e Raul Fernandes.

Após a Constituição de 1934, o preceito ressurgiu na Constituição de 1946, na de 1967 e na Emenda n.º 1, de 1969.

Agora, a Lei n.º 4.717, de 20 de junho de 1965, veio regulando a Ação Popular e nunca criando-a, como foi afirmado.

Além do mais, a sua inspiração resultou de um anteprojeto de Seabra Fagundes e um projeto de Bilac Pinto.

Portanto, que me perdoe o falecido Castelo Branco, por lhe negar a autoria da criação da Ação Popular, aqui nesta Casa declarada tão técnica e impostamente firmada.

E aqui, só deixamos uma dúvida:

MENTIRA ou HERESIA?

Na realidade, só nos resta deixar, ao encerrarmos, a máxima de um cronista social:

"Caviar para os entendidos".

Muito obrigado, Sr. Presidente."

O SR. PRESIDENTE (**Traiano Bastos**) - A Mesa consulta a Liderança do PMDB se fará uso do restante do horário que lhe é destinado.

Com a palavra o Sr. Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O PDS escolheu na sua convenção o seu candidato.

Candidato, Paulo Maluf, que, além de não ter o apoio popular, ontem foi condenado pelo Tribunal de Contas a retornar aos cofres públicos a equivalência de nove milhões de cruzeiros em verbas gastas inadequadamente, através de seu Gabinete, quando era Governador de São Paulo.

Já foi obrigado a devolver o dinheiro

dos automóveis que deu ilegalmente aos jogadores de futebol.

Inúmeras acusações pesam sobre este candidato!

E efetivamente a indicação de Paulo Maluf vem coroar o completo e absoluto desprestígio de um partido que praticamente não existe na vontade popular.

O PDS já morreu e esqueceu que está enterrado!

E agora, recentemente, o jornal "Diário Popular" e a "Rádio Paraná", fizeram uma pesquisa envolvendo 3.000 pessoas, nas Praças Santos Andrade, Tiradentes, Rui Barbosa, Carlos Gomes e terminais dos expressos e Boca Maldita, pesquisa essa que avliou o pensamento de 3.000 pessoas que representa um número e o pensamento digamos, da maioria de Curitiba.

E o que resultou desta pesquisa do "Diário Popular" e da "Rádio Paraná", que 85% dos que responderam à pesquisa disseram que a administração do Governador José Richa é boa, em que se pese acusações, neste plenário, dos homens do PDS, e que demonstram completo distanciamento entre a fala do PDS nesta Casa e o que pensa a população do Paraná.

Mais adiante, esta pesquisa, que consultou 3.000 pessoas sobre as preferências do eleitorado, chegou à conclusão de que a preferência para a sucessão do Presidente Figueiredo, 95%, Sr. Tancredo Neves.

O que restou para o Sr. Paulo Maluf? Cinco por cento divididos entre Paulo Maluf, Brizola, Canet e Anfrísio Siqueira.

O Sr. Paulo Maluf está forçando um princípio, baseado numa estrutura frôuxa, que é um partido em desagregação. E a Nação brasileira está na expectativa de que possa, o mais urgentemente possível, ter em suas mãos o direito inalienável de votar para Presidente da República.

E é importante que os homens que defendem o Sr. Paulo Maluf, e que, muitas vezes, até berram nesta Casa, procurem as suas bases, procurem o povo, saiam às ruas, conversem com a população, para que não cometam equívocos estórios de defender o eu sozinho.

Era só isso, Sr. Presidente, muito obrigado. (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Traiano Bastos**) - Consulta à Liderança do PMDB se fará uso de 20 minutos que lhe restam. (**Declina**)

Consulta à Liderança do PDS se fará uso de seu horário?

(Deputado Tércio Albuquerque)

O SR. PRESIDENTE (**Traiano Bastos**) - Com a palavra o Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - Sr. Presidente

Senhores Deputados.

Ultimamente nós temos assistido ao desfile até mesmo carnavalesco, dos homens que compõem o PMDB do Paraná, e, em especial, na Assembléia Legislativa do nosso Estado.

Na tentativa de se justificar a ida dos peemedebistas ao Colégio Eleitoral para escolher o futuro Presidente da República, não posso entender - e a maioria do povo paranaense também não - como que o PMDB num passe de mágica, tenta defender o espúrio Colégio Eleitoral de ontem, para eles, o ilegítimo Colégio Eleitoral de ontem, que tanto difamado foi nos palanques públicos.

O PMDB conseguiu a sua votação, elegendo Governador do Estado, Senador da República e a maioria dos Senhores Deputados nesta Casa, com demagogia barata, com a palavra fácil que o povo gostaria de ouvir. Mas, o povo não se enganou, o povo acreditou.

Os líderes de ontem é que tentaram enganar a população paranaense e o fizeram. O que eles desejam é, a qualquer custo, e já, o poder da República brasileira. Não se tem uma mensagem, não se vê um programa de Governo...

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - A Mesa pede escusas ao interromper Vossa Excelência, mas precisa recompor a Mesa. Convoco o Deputado Dirceu Manfrinato para assumir a primeira Secretaria.

Está com a palavra o Senhor Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Fala-se muito, Senhor Presidente e Senhores Deputados, em um programa mínimo que está sendo elaborado pelo candidato à Presidência do PMDB, Governador Tancredo Neves, do Estado de Minas Gerais. Governador que nós respeitamos o seu passado político, a sua vida pública de mais de 50 anos de sobrevivência, que já galgou todos os cargos desta República, até o de Primeiro Ministro de Estado, e não conhecemos se quer, nele, a esperança de modificação do nosso modelo econômico. Até mesmo o Governador Tancredo Neves tem procurado o Ministro Delfim Netto para em conversas sigilosas ajudá-lo na constituição do seu programa mínimo de Governo.

O PMDB ataca as despesas do PDS em sua Convenção, despesas promovidas e realizada pelos presidenciáveis e por seus seguidores. Entretanto, não se analisa o dinheiro público do povo paranaense que o Governador José Richa vive percorrendo o País inteiro em showmícios com aviões a jatos fretados com o dinheiro do povo, como aconteceu ontem em Minas Gerais, na Capital de Belo Horizonte. Um festival de men-

tiras, bichos de todas as espécies no mesmo palanque tentando enganar o povo, dizendo que vai levar a campanha de eleições indiretas às praças públicas. Ora, Senhor Presidente e Senhores Deputados, eleições indiretas onde o povo não vota não precisa ser divulgada, não precisa mentir nos palanques. O que precisa ser dito e ninguém tem dito é que o PMDB para tentar chegar ao Governo, uniu-se a uma aliança espúria, a uma aliança que se chama Frente Liberal, trazendo para si e para sua eleição, homens que só souberam até hoje sobreviver à sombra do poderio, à sombra dos Governos, como um exemplo maior do Senador José Sarney, que esse sim, tentou enterrar o PDS com as suas mentiras, com as suas pregações de embuste, e tirando proveito para si e seus familiares.

Desejo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para desmascarar o futuro candidato à Vice-Presidência da República, Senador José Sarney que tem mais de cem parentes empregados no Governo Federal e no Governo do Estado do Maranhão, além de ser um dos maiores grileiros de terras do Brasil, e um dos maiores detentores dos cartórios do Estado do Maranhão, e aqui quem diz é o Jornal do Estado de São Paulo, um jornal respeitado. Sob o título da matéria "O Rio teme que o Senador seja um Acadêmico".

A presença do Senador José Sarney no palco sucessório pleiteando a Vice-Presidência da República na Chapa Tancredo Neves tem desnorteado, e não pouco a opinião pública do Rio de Janeiro, notadamente, a de certos meios empresariais políticos, intelectuais. Estranha-se aqui, não a mais vertiginosa ultrapassagem do político maranhense, do situacionismo ao extremo, à vanguarda de posição, mas a súbita e inesperada aclamação com que a esquerda radical homenageou a sua guinada de 180 graus.

Interroga-se sem resposta, o motivo de tão estranha é a absorção do Senador pelos seus companheiros de aventura, marxista da juventude. Aventura jamais poupada pela crítica contundente do velho e falecido adversário Senador Vitorino Freire. É estranha, que, até mesmo um seu colega de Academia Brasileira de Letras, mineiro conhecido por suas posições e pela habilidade com que manuseia seus próprios conceitos sobre pessoas, coisas, animais, jornalista Otto Lara Resende, teria desabafado através desta ríspida frase: vejam bem, Senhor Presidente, Senhores Deputados: "Sarney será Vice-Presidente da República, com os mesmos méritos que entrou na Academia, ou seja, num um mérito". A frase foi publicada por um vespertino local, sem nenhum desmentido até agora, da parte do autor.

Ao contrário do Governador Tancredo

Neves, cujas declarações o fazem crescer na consciência nacional, inspirando maior solidez a cada um dos seus pronunciamentos. Sarney não disse nada, até o momento, que haja causado alguma impressão, mesmo molestando aos segmentos da sociedade brasileira. E vejam, Senhor Presidente, Senhores Deputados, pois é necessário lembrar novamente, que as pedras do Senador seriam simplesmente ou quase irrecuperáveis.

Seu filho, José Sarney, Deputado Federal do PDS, tendo votado a favor das eleições diretas, quando o pai sabiamente votou contra, é um homem de dois pesos e de duas medidas. José Sarney votou contra as diretas, seu filho a favor das diretas. Hoje, Sarney é a favor das indiretas com ele, como candidato à Vice-Presidência da República. Outro filho seu, Fernando Sarney Costa, exerce a Presidência das Centrais Elétricas do Maranhão, o equivalente à "Light" e a "Semic". Sua filha, Roseana Sarney Murad, é chefe da representação do seu Estado em Brasília, desfrutando do status de Secretária de Governo, enquanto, seu marido Jorge Murad é um dos Diretores da Caixa Econômica Federal, um dos mais cobiçados cargos e altos salários do País.

E o Planalto? Que destino estará reservando ao Senhor Murad?

Evandro Sarney Costa, irmão do Senador, é Conselheiro de Contas do Tribunal do Maranhão, o mais alto salário do Estado, equiparado somente, ao de Desembargador; seu tio, Alberto França Ferreira é também Conselheiro do Tribunal de Contas, enquanto que, outro irmão, Ivan Sarney Costa, é Delegado no Maranhão, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- MEC; Murilo Sarney Costa, ainda irmão é, além de Auditor do Estado, Presidente da Empresa Maratur, a Embratur maranhense; Maria da Conceição Costa, sua irmã, é Chefe do Departamento do INPS; seu marido, Wilson Vale, alto funcionário, afastado, do INPS, em São Luiz, onde chefiou a Delegacia, até 1980; Tito Soares, cunhado do Senador, é titular do Cartório de 3.º Ofício, em São Luiz, um dos mais opulentos do Estado; Deco Soares, sobrinho, filho de Tito, é Vereador na Capital Roberto Macieira, é cunhado de José Sarney, é Secretário de Indústria e Comércio do Governo Luiz Rocha; o primo, Alberto Ferreira Filho, é Deputado Estadual; outro irmão, Ernani Furtado Costa, assessora o Reitor da Universidade Federal do Maranhão; um primo José Ribamar de Araújo Costa, Suplente de Deputado pelo PDS, foi nomeado Técnico de Arrecadação do Ministério da Fazenda; um sobrinho, Evandro Sarney Costa Filho, é Fiscal de Rendas do Estado, o melhor cargo no serviço público, no Maranhão; Conceição Sarney Costa, sobrinha,

exerce, por sua vez, as funções de Assessora do presidente do Instituto de Previdência do Estado; Oswaldo Costa Filho, também sobrinho, preside o referido Instituto de Previdência; Maria Lúcia Ferreira, prima do Senador, é Assessora da Presidência de uma Financeira do Estado - a Companhia de Progresso Maranhão Crédito, Financiamento e Investimento; a seu favor, dentro do mesmo PMDB e de outro Partido da Oposição, Sarney tem, a seu crédito, ele próprio teria revelado, para surpresa de seus ex-companheiros de Bancada, o fato de haver protestado, em 1968, contra o AI-5, ano que, afirma, ter sido difícil em sua vida e que, depois de deposto e preso, não tomou no entanto, conhecimento das torturas, segundo confessor a uma revista, "porque nós vivíamos muito isolados, nós, Congresso Nacional".

Ele, Sarney, tem demonstrado claramente não haver realmente nascido para "segurar alça de caixão de defunto", aliás, é o que não lhe falta, ele próprio confessa, em seu livro de versos:

"O Senador agora está pintando telas, sob o crescente e lancinante título "Marimbondos de Fogo" que, "de repente, não mais do que de repente, o tempo estava pobre e tinha cheiro azedo de garapa!"

Antes de continuar a analisar o artigo, concedo aparte ao Senhor Deputado Gabriel Manoel.

#### O Sr. Gabriel Manoel- (Aparte).

Deputado Tércio Albuquerque, Vossa Excelência está demonstrando ser um Deputado combativo, com os pés no chão, dizendo a realidade.

Esses homens que se unem, sem motivação, sem o direito, pelo menos, de análise, Vossa Excelência falou no Sarney. Mas, ele vai ser usado, me perdoe a palavra, como modess - e depois jogado fora. Porque a hora que eles utilizarem, Deputado Tércio Albuquerque, o "Modess Sarney", eles jogam fora porque não presta mais. E estes homens que nos traem. O traidor veio de Minas Gerais como traiu a primeira vez, o Tiradentes. E os traidores estão aí Deputados, não merecem nem críticas, não são dignos de nada.

Como pode justificar um homem que se elegeu pelo voto direto, volta as costas e rasga o seu Diploma Deputado Tércio Albuquerque, grande líder paranaense. Como pode procurar agora novo voto indireto e no Colégio Eleitoral espúrio como eles falavam? Eles engoliram as suas próprias palavras.

Os Deputados do PMDB deviam envengonhar-se de vir aqui à Assembléia, porque eles engoliram Deputado. Nós do PDS fomos ultrajados e traídos, mas jamais engolimos nossa palavra. Porque covarde é aquele que

se dá por vencido antes de começar a luta. E, covardemente, com respeito, eles botaram o rabinho no meio das pernas e estão agora a achar a saída espúria para um Colégio espúrio. E é isso Deputado Tércio Albuquerque, o povo do Brasil e do Paraná há de ver que nós estamos com a razão. Eu quero me parabenizar com Vossa Excelência, me parabenizar e dizer que Sarney não merece, porque "modess" não merece - vai ser jogado fora amanhã.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - Eu agradeço a Vossa Excelência o aparte que vem sem dúvida nenhuma, dar respaldo o que nós temos analisado aqui na Assembléia Legislativa. Sempre resguardando, em minhas entrevistas e em meus pronunciamentos, os autênticos peemedebistas e os autênticos oposicionistas. Esses que não tentam e jamais tentaram negar ao poder a qualquer custo, até aliando-se à alianças espúrias, como aí está a aparecer em nossa Nação. Eu parabenizo os Peemedebistas, os homens do PTB, PT e do PDT, que não admitem nenhuma aliança espúria, que não admitem chegar ao poder mentindo ao povo, aceitando um Colégio que para eles nunca foi digno, que para eles nunca foi legal, sempre esteve na ilegalidade da Lei do nosso País. Entretanto, são hoje, os oposicionistas de ontem, que vêm mentir hoje, porque eles querem o poder, quem sabe com a sede no pote. E, José Sarney, que sempre esteve em cima do poder, vivendo com o poder, empregando todos seus familiares, vai ensinar alguns homens autênticos de direito, da Oposição, porque os falados da oposição não precisam da lição de José Sarney. Eles mesmos já aprenderam ao longo dos anos de vida pública.

É aí que está a tese. Por que mentir? Por que dizer ao povo que não aceita eleições indiretas? E hoje, concorrem, com vontade, com garra a um Colégio Eleitoral espúrio. Pelos cinco milhões? Não acredito, que foi divulgado e eu nem sabia da existência de cinco milhões de cruzeiros. Até se existe, eu acho bom para ninguém se vender na véspera do voto, não vim, vendido. Os cinco milhões já dão para gastar na viagem oitocentos mil cruzeiros no máximo, e ainda sobra quatro milhões e duzentos para ser embolsado pelos Deputados. Mas, em boa hora, o Deputado Roberto Requião cortou a vontade dos cinco milhões de alguns.

Concedo aparte do Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi - Nobre Deputado, Vossa Excelência, com minúcias, dissertou da tribuna a relação de mordomias, de benesses que a família de José Sarney possui. E eu acho bom que isto venha a públi-

co, que Vossa Excelência denuncie isto que eu também acho um abuso, uma só família ter tanta mordomia e tantas benesses do Governo.

Apenas nobre Deputado, na sua denúncia, na sua exposição Vossa Excelência não esclareceu um fato importante. Porque é próprio até da ganância humana conquistar sempre mais.

O fisiologismo é uma coisa que não se satisfaz facilmente. Mas Vossa Excelência não esclareceu da tribuna e eu gostaria que Vossa Excelência esclarecesse e este é um dado importante. Porque não é só condenarmos quem recebe a mordomia, que vai em busca da mordomia, quem é corrompido. O mais importante é nós sabermos quem é o corruptor, quem é que dá a mordomia.

Gostaria então que Vossa Excelência esclarecesse da tribuna aonde José Sarney, com patrocínio de que partido, com patrocínio de que apoio político, ele conseguiu toda essa mordomia, quem foi enfim que deu sustentação política para que José Sarney hoje possa apresentar uma relação tão grande de mordomias e de benesses, que muitos políticos como Vossa Excelência eu sei, não tem.

Eu gostaria que Vossa Excelência esclarecesse para a verdade histórica ficar bem caracterizada.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - Em boa hora Vossa Excelência veio com aparte que realmente merece ser analisado. Deputado Nilso Sguarezi.

Tanto Vossa Excelência como eu, nós vivemos no interior, e estamos na Capital do Estado por consequência do voto popular recebido. Porque eu sou um homem do interior, sempre convivi com o homem do campo; sempre convivi com a pequena comunidade.

Nós com isso, sem dúvida alguma desmascaramos os partidos políticos existentes no País, que são feitos de cima para baixo, tanto o de Vossa Excelência quanto o meu.

E nós não podemos por falta de divulgação dos atos, antecipadamente tirarmos estas conclusões. O que nós podemos avaliar é que o Senhor José Sarney, Senador da República, candidato à Vice-Presidência da República pelo PMDB, é um homem que a qualquer custo quer sobreviver no Poder, entendendo ele que as possibilidades hoje são maiores para o PMDB galgar o Governo, ele já se antecipou e mudou de lado para continuar apaniguando os seus parentes e os seus amigos, para a sobrevivência no próximo Governo que nós teremos no ano de 1985.

Eu condeno os homens do meu partido e do seu partido e de qualquer outro partido político, porque isto é enganar o povo do Maranhão, que sempre o elegeu Governador.

dor, Senador, Deputado e os seus familiares, mas que eu tenho certeza absoluta não têm conhecimento de fatos desta natureza que denigrem, que desmoralizam o político perante a opinião pública brasileira.

E José Sarney, sem dúvida nenhuma, ele deixa os quadros do PDS para ingressar no partido de Vossa Excelência, na tentativa de que ele, possa angariar mais posições políticas no Governo Federal e no Governo Estadual para os seus apaniguados e parentes, não corram fora. E quem sabe ele até está na esperança que Tancredo Neves, isso não sou eu, eu acho que é a esperança dele, pela sua avançada idade não tem condições de terminar um mandato de Presidente da República, e ele deseja ser a qualquer custo. Pelo seu valor próprio nunca chegaria à Presidência da República.

Então ele está usando do PMDB, da Frente Liberal e de alguns outros partidos de oposição para chegar ao Poder a nível nacional como Presidente da República, porque, pelo voto do povo e mesmo dentro do PDS, ele jamais seria candidato à Vice-Presidência da República, porque ele é um homem que sempre defendeu o A.I-5, sempre defendeu o Colégio Eleitoral, sempre defendeu as eleições indiretas. Ele foi quem procurou fazer com que os Deputados Federais e os Senadores do PDS, que votaram a favor das eleições diretas, recuassem do seu posicionamento, porque ele e José Sarney ofereciam um fundo e um mundo a todos, e aqueles que não aceitaram as suas ofertas mentirosas, e as suas ofertas que não são dentro dos princípios morais e legais, ele pressionava mentalmente para continuar no Poder como Presidente do PDS a nível nacional e na tentativa de chegar à Vice-Presidência da República.

Como ele, o próprio Vice-Presidente Aureliano Chaves a quem respeito muito, e um outro respeitado político da vida nacional, Marcos Maciel, sentindo as suas forças diminuírem... (ausência de som).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa comunica a Vossa Excelência que o seu tempo está esgotado e concede-lhe um minuto para concluir.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - e formaram a Frente Liberal casuística só para chegar ao Poder ao lado de alguns opositores porque nem todos da oposição brasileira votarão em Tancredo Neves. Os Senhores haverão de ver no Colégio Eleitoral que muitos votos da oposição serão depositados para o Doutor Paulo Maluf como Presidente da República, porque é um homem cheio de defeitos como José Sarney e Tancredo Neves, mas com virtudes que superam os defeitos e, acima de tudo, tem demonstrado garra, é um empresário dinâmico,

trabalhador, e nós precisamos em nosso País, não esses homens que já estão ultrapassados porque a nossa juventude precisa espelhar-se no dinamismo de um homem trabalhador e, para isso, o PDS apresentou dois candidatos à Presidência da República e dois a Vice-Presidência da República, nos dando opção de escolha e não como fez o PMDB em um ato homologatório escolhendo apenas um que se apresentou porque os outros teriam vergonha de irem ao Colégio Eleitoral angariar o voto que não é o voto digno do povo brasileiro.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA:

Com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia; conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 49/83, (ex-Proposição n.º 48/83), oriundo ao Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios datados de 09 de março de 1983, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras em conformidade com o PRONOROESTE. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 43/84, (Mensagem n.º 38/84 - ex-Proposição n.º 41/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 15 de dezembro de 1983, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Guaraci, objetivando a realização da Feira de Exposições Agropecuárias. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 44/84, (Mensagem n.º 39/84 - ex-proposição n.º 42/84), oriundo do Parecer

aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 25 de abril de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Ibaiti, objetivando adoção de ação conjunta com vistas à execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 45/84, (Mensagem n. 40/84 - ex-Proposição n. 43/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 08 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 46/84, (Mensagem n. 11/84 - ex-Proposição n. 14/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 3.º Termo Aditivo, de 08 de novembro de 1983, ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 21 de março de 1980, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Mandirituba, objetivando aplicação de recursos financeiros na execução de obras públicas. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 47/84, (Mensagem n. 137/83, ex-Proposição n. 47/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 10 de agosto de 1983, entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Matelândia, Ribeirão do Pinhal e Tomazina, visando a execução de obras para recuperação de estradas nos referidos Municípios. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 48/84, (Mensagem n. 136/83, ex-Proposição n. 48/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova por Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 08 de julho de 1983, entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Bela Vista do Paraíso, Cruzeiro do Oeste e Japurá, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução

n. 49/84, (Mensagem n. 58/84- ex-Proposição n. 63/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 13 de outubro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Jaguariaíva, Terra Roxa e Três Barras do Paraná, objetivando execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 50/84, (Mensagem n. 59/84- ex-Proposição n. 64/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 03 de junho de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Guaíra, objetivando a ação conjunta com vistas à execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 51/84, (Mensagem n. 135/84- ex-Proposição n. 49/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Ivaiporã, objetivando adoção conjunta com vistas à execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 52/84, (Mensagem n. 134/83, ex-Proposição n. 50/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 10 de outubro de 1983, entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras públicas em conformidade com o "PRODOPAR". **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 53/84, (Mensagem n. 133/83, ex-Proposição n. 51/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Inácio Martins e Ivaí, objetivando ação conjunta execução do "PROSAFRAS". **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 174/84, de autoria do PODER EXECUTIVO,



Mensagem n. 148/84), objetivando autorizar o Poder Executivo contrair operação de crédito externo com o BID até o valor de US\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões e dólares dos EUA), visa ainda autorizar concessão de fiança, garantia e contraguarantia até o limite de US\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares dos EUA), conforme especifica. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em Regime de Urgência.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Para encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vamos votar agora a autorização para que Sua Excelência o Governador José Richa, possa endividar o Estado do Paraná em mais 130 milhões de dólares.

É conveniente reavivar as memórias, e é dever do parlamentar, permanentemente, cobrar coerência dos homens que hoje ontem estavam na oposição que denunciavam a política de endividamento externo brasileira como entreguista e agora, no poder é há pouco mais de um ano, conseguem o milagre de elevar a dívida externa do Paraná em mais 151%.

Segundo os dados da própria Mensagem do Governador José Richa encaminhada a esta Casa, na página 230 sobre o exercício de 1983 a dívida externa do Paraná no dia 31 de dezembro de 1983, era de 242 milhões, e 400 mil dólares. Os empréstimos autorizados por esta Casa, para o Governo PP, Peemedebista no Paraná, são os seguintes, em 1983: - Para programas diversos, 80 milhões de dólares, dos quais saíram as malfadadas comissões que resultaram no escândalo dos dólares do Paraná, onde foram subtraídos dos cofres públicos, mais de 4 bilhões de cruzeiros, para pagar a firma de intermediação composta de peculatórios, de companheiros e de financiadores da campanha do PMDB no Paraná.

Além destes recursos de 80 milhões de dólares, foram autorizados mais 104 milhões de dólares para a Copel executar o programa de eletrificação rural, totalizando no ano de 1983, 184 milhões de dólares, para uma dívida total de todos os Governos anteriores, seja o Governo do Senhor Paulo Pimentel, seja o Governo do Senhor Emílio Gomes, seja o Governo do Senhor Jayme Canet, seja o Governo do Senhor Ney Braga. Até 31 de dezembro de 1982, a dívida externa do Paraná era de apenas 242 milhões de dólares.

E o Governo José Richa, aquele Governo que denunciava a política do endividamento externo, como entreguista e apenas no primeiro ano, contrai empréstimo internacional no valor de 184 milhões de dólares. A estes 184 milhões de dólares devem ser somados os 52 milhões de dólares do PRAM

Programa de Apoio aos Municípios. Programa este tão combatido, tão usado como uma das bandeiras eleitorais do PMDB; na campanha onde afirmava que o nosso Candidato Saul Raiz iria indviduar o Estado, em 150 milhões de dólares. Empossado o PMDB o que fez? Ao invés de chamar o Programa de Saul Raiz, programa feito e negociado no interior, de PAM, resolve chamá-lo de PRAM, e passa a considerar a grande obra administrativa do Governador José Richa. 52 milhões de dólares que devem ser somados aos 184 milhões de dólares já anunciados neste tribuna. Portanto, a dívida no Estado do Paraná, no exercício de 1983, cresceu em 236 milhões de dólares.

Agora, para o programa de construção, melhoramento em equipamentos da Rede Rodoviária, solicita autorização para contratar mais 130 milhões de dólares, elevando o montante dos empréstimos solicitados pelo Governo Richa, para 366 milhões de dólares. Este é o Governo do Partido da Moratória, o Governo da Política contra o endividamento externo em apenas um ano e pouco de governo, eleva a dívida externa do Paraná, em mais de 151 por cento. Estes são os dados oficiais constantes da Mensagem do Governador do Estado do Paraná.

E eu me recordo aqui de algumas palavras, de alguns discursos do candidato José Richa.

Em Jacarezinho segundo, publicação da "Folha de Londrina", de 19/11/81, dizia o candidato José Richa: "As proporções alcançadas pela dívida externa têm origem em uma política suicida, entreguista e desnacionalizante quando o País poderia ter construído um capitalismo genuinamente nacional."

Em outro trecho da entrevista, o candidato lamentou que, apesar do quadro, as autoridades brasileiras prossigam trêfegas em suas viagens internacionais na sofreguidão de conseguir mais empréstimos, mais endividamento, mais desnacionalização do país, comprometendo profundamente o futuro de nossas gerações.

Quando acreditarem no José Richa, no Richa nacionalista de ontem, que prometia uma administração competente, sem mordomia e sem empréstimos internacionais, ou no Richa de hoje que pratica uma política que preocupa e compromete o futuro do nosso Estado, elevando em apenas um ano e meio de Governo, a dívida externa paranaense em mais de 151%.

E não são só estas as dívidas. O Senhor José Richa deveria contar ao Paraná porque encaminhou uma carta ao Coronel Khadafi, solicitando empréstimo internacional de mais de 500 milhões de dólares, que somados a estes 365 milhões de dólares e somadas as despesas...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa



comunica ao ilustre Deputado que seu tempo está esgotado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (**Traiano Bastos**) Continua em votação o Projeto de Lei n.º 174/84, Senhores Deputados que aprovam, queiram permanecer como estão. **Aprovado.**

O SR. ANTÔNIO BELINATI (**Pela Ordem**) - Solicito verificação de votação Senhor Presidente.

O SR. NILSO SGUAREZI - Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Traiano Bastos**) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos senhores Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - (Faz a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (**Traiano Bastos**) - Trinta e um Senhores Deputados responderam à chamada. Há quórum para prosseguimento e votação.

A Mesa irá proceder à verificação de votação requerida pelo Senhor Deputado Antônio Belinati.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (**Pela Ordem**) - Senhor Presidente a Bancada do PDS retira a solicitação de verificação de votação.

O SR. NILSO SGUAREZI (**Pela Ordem**) - Eu estou enviando um requerimento à Mesa. Após a votação desse projeto, que Vossa Excelência submetesse à apreciação do Plenário, a retirada do mesmo projeto, após essa 3.ª discussão, por uma sessão, no sentido de que o projeto só retornasse na próxima segunda-feira, a fim de que os Senhores Deputados pudessem ter um tempo mais hábil para apreciar essa lei, de vez que é uma lei muito importante. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Traiano Bastos**) - A Mesa acolhe o requerimento de Vossa Excelência e está aprovado em 2.ª discussão, o Projeto de lei 174/84. **Aprovado artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (**Traiano Bastos**) - Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja retirado da Ordem do Dia por uma sessão, o Projeto de Lei n.º 174/84. **-Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do ex-

pediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Marcos da Câmara Bernarde, ocorrido nesta Capital.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 03/84, que altera dispositivos da Lei n.º 6174 (Estatuto dos Funcionários Públicos).- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da via de acesso, numa extensão de 1 km, que liga a localidade de Cafezal, Município de Iporã, à Rodovia PR-272.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Comandante do Corpo de Bombeiros, encarecendo a instalação de um posto do mesmo no Município de Marialva.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo informações do posicionamento da Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA, quanto aos projetos e obras dos sistemas de esgoto dos Municípios de Nova Esperança e Colorado.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo informações quanto aos termos do contrato de concessão entre a SANEPAR e o Município de Nova Esperança, para execução dos serviços da rede e demais obras do sistema de esgoto daquele Município.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor-Presidente do BANESTADO, por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo a criação e instalação de um posto avançado na localidade de Bredópolis, no Município de Janiópolis.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a designação de um pelotão policial para o Município de Cidade Gaúcha.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputa-

do Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo designação de material para uso burocrático, remédios e equipamentos para uso médico no Centro de Saúde II, localizado no Município de Ubatã.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo 4.º aniversário de fundação da Rádio Humaitã, no Município de Campo Mourão.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Srs. Prefeito Municipal de Londrina e Diretor Superintendente do SERCOMTEL, pelo novo plano de expansão da rede telefônica do Município de Londrina.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a doação de materiais permanentes para as escolas estaduais IV Centenário - Ensino de primeiro grau e Bandeirantes D'Oeste, no Município de Goio-erê.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando voto de louvor pela passagem do 4.º aniversário da Rádio Humaitã, no Município de Campo Mourão.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção de prédio próprio para abrigar a parte administrativa e o presídio da cadeia pública do Município de Paranavaí.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo redução da taxa de esgoto que tem se mostrado escorchantes e sobremaneira pesada e difícil de ser suportada pela população.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Previdência Social, encarecendo a construção de prédio próprio para abrigar assistência médica, ambulatório, farmácia, divisão administrativa e outros no Município de Paranavaí.-

**Aprovado.**- À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Deputado Federal José Alencar Furtado, encarecendo que o mesmo apresente à Câmara dos Deputados, projeto de lei proibindo o uso de etiquetas ou símbolos estrangeiros nos produtos de fabricação nacional.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Tribunal Superior do Trabalho, por ter conferido aos Srs. Governador do Estado e Juiz Leonardo Abage, a Ordem ao Mérito Judiciário e a Comenda de Honra ao Trabalho, respectivamente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da estrada ligando os Municípios de Porto Rico e Santa Cruz do Monte Castelo.- **Aprovado.**- À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Resolução n.º 25, 26, 27, 28 e 29/84.

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 149/84, e dos Projetos de Resolução n.ºs 54, 55, 56, 57, 59/84.

Marcando ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Resolução n.ºs 30, 31, 32, 33 e 34/84.

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
DÉCIMA LEGISLATURA  
SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 17.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de agosto do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Senhor Deputado ACIR MEZZADRI. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expe-

diente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Senhor Deputado Gilberto Carvalho apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETOS DE RESOLUÇÃO de n.ºs 25/84, 26/84, 27/84, 28/84, 29/84, 30/84, 31/84, 32/84, 33/84 e 34/84, as quais foram APROVADAS sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar lavrei a presente Ata, que após

lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA  
PRESIDENTE

LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR  
SECRETÁRIO